

Autorização concedida ao Repositório Institucional da Universidade de Brasília (RIUnB) pela organizadora, Professora Monique Batista Magaldi, em 11 de dezembro de 2018, para disponibilizar o livro *Museu & museologia: desafios de um campo interdisciplinar*, gratuitamente, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da obra.

#### REFERÊNCIA

CONSIDERA, Andréa Fernandes. Os museus e os primórdios da museologia brasileira no século XIX. In: MAGALDI, Monique B.; BRITO, Clóvis Carvalho (Org.). **Museus & museologia**: desafios de um campo interdisciplinar. Brasília: FCI-UnB, 2018. p. 61-72.

MONIQUE BATISTA MAGALDI

CLOVIS CARVALHO BRITTO

**Organizadores**

**MUSEUS & MUSEOLOGIA:**

DESAFIOS DE UM CAMPO INTERDISCIPLINAR

Brasília

UNB – CURSO DE MUSEOLOGIA | FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – FCI

2018



# OS MUSEUS E OS PRIMÓRDIOS DA MUSEOLOGIA BRASILEIRA NO SÉCULO XIX

Andréa Fernandes Considera<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo abordar a formação do campo museal brasileiro ao longo do século XIX. Para isso, inicia com um panorama dos gabinetes de curiosidades e da formação das primeiras instituições museais da Europa do século XVII, buscando demonstrar como este modelo museal foi apropriado pelo estado em Portugal, transformando os museus em instituições de caráter político, econômico e social. Em seguida o texto aborda a forma como o Brasil se insere nesse contexto e como esse modelo português de gestão de museus foi implantado no país por meio do Museu Nacional. Objetiva ainda demonstrar a importância e a permanência deste modelo de gestão museal ao longo de todo século XIX na constituição de diversos outros museus. Perpassa todo o texto a questão da constituição de uma experiência museal caracteristicamente brasileira.

**Palavras-chave:** História dos museus. Museologia. Curso de museologia. Museu Nacional.

No dia 2 de setembro de 2018, os brasileiros e grande parte da humanidade assistiram incrédulos ao incêndio ocorrido no Museu Nacional localizado na Quinta da Boa Vista, outrora residência da família imperial na cidade do Rio de Janeiro. Hoje o museu está subordinado à Universidade Federal do Rio de Janeiro, e vem desenvolvendo importantes pesquisas científicas em acervos de história natural, atividade à qual tem se dedicado desde 1818, quando foi criado pelo Decreto de 6 de junho de 1818 (BRASIL, 1818). Sim, em 2018 o museu havia acabado de completar o seu segundo centenário.

---

<sup>1</sup> Andréa Considera é museóloga, doutora em história e atualmente é professora adjunta do Curso de Museologia da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília (DF).



No dia 9 de outubro de 2018 comemoramos os dez anos de criação do Curso de Museologia da Universidade de Brasília, formando museólogos com um perfil bem diferente daquele dos primeiros profissionais que começaram a organizar o então Museu Real de 1818.

Mas, para entendermos o caminho que nos trouxe do Museu Real até nossa nova geração de museólogos temos que retornar pelo menos à Europa do século XVII, para entendermos o início da museologia e dos museus num universo bem mais amplo.

Associar a origem do museu ao templo das musas é certamente reconhecer a origem simbólica do museu e da museologia, mas, como sabemos, não encontramos uma continuidade temporal desde o templo das musas até os dias de hoje. Durante muitos anos, nos cursos de museologia, aprendemos que as nove musas são filhas de Zeus (simbolizando o poder) e de Mnemósine (simbolizando a memória), de onde compreendemos que essas nove musas, cada uma representando uma arte a ser contida nos museus, são fruto do poder e da memória; ou poderíamos dizer, do poder da memória.

Buscamos então a origem dos museus atuais a partir do século XVII com o surgimento dos gabinetes de curiosidade que objetivavam reunir num único espaço o maior número possível de objetos interessantes vindos de lugares considerados exóticos de todo o mundo. Colecionar objetos e descrições de animais, plantas e povos distantes não era uma novidade, mas estes gabinetes de curiosidade, longe de serem amontoados de objetos, como muitos nos fazem pensar, constituem-se como as primeiras iniciativas de organização científica do conhecimento. Se, de início, constituíam-se como iniciativa de príncipes, nobres e clérigos, logo o modelo começou a ser adotado por médicos, farmacêuticos e cientistas em geral.

Talvez a imagem mais antiga que tenhamos de um gabinete de curiosidades seja uma gravura datada de 1599 representando o gabinete de um médico que reside em Nápoles na Itália. Considerada como uma coleção de *naturalia*, certamente voltada para pesquisas científicas, a gravura mostra claramente a organização dos animais em categorias bem definidas.

Outro gabinete de curiosidades de que temos notícia é o de Manfredo Settala, em Milão, do qual se tem notícias no ano de 1664 (BARBUY, 2008). Nele os objetos já se organizavam em minerais, animais e vegetais, demonstrando assim a origem da ciência na época.

O termo “museu” associado a um gabinete de curiosidades foi conhecido pela primeira vez com o *Wormian Museum*, criado pelo dinamarquês Olaus Wormius (1588-1654) que fez pesquisas importantes a partir de sua coleção, decretando que



unicórnios não existiam, que os lêmings não surgiam por geração espontânea, e que a ave do paraíso tinha pés, ao contrário do que se pensava (LOPES, 2009).

Longe de serem coleções voltadas para o passado, esse modelo de museu já presente nos gabinetes de curiosidades estava voltado para o futuro, para a construção de um futuro melhor através dos avanços da ciência. É interessante observar a organização e a tipologia das coleções. Havia a *naturalia* que abrangia os animais, os vegetais e os minerais no que viria a ser conhecido posteriormente como os “três reinos da natureza”; a *artificialia*, que compreendia os artefatos produzidos pelos homens, ou seja, a transformação da natureza pelo conhecimento humano; e por fim, a *mirabilia*, talvez a parte mais interessante, que reunia as maravilhas ou aberrações tanto da *naturalia* quanto da *artificialia*, representado tudo aquilo que ainda havia por pesquisar. O desafio de entender os objetos maravilhosos ou as aberrações passava necessariamente pela busca de uma explicação científica do incompreensível, sempre presente no imaginário da época.

Não tardou para que essas primeiras tentativas de organização do conhecimento científico começassem a produzir os primeiros tratados sobre sistematização de coleções e mesmo sobre os cuidados necessários para sua manutenção. Um dos primeiros tratados surgiu em 1656, quando Elias Ashmolean (1617-1692) publicou o catálogo da coleção do *Musaeum Tradescantianum*, coleção constituída por John Tradescant (1570-1638) e seu filho de mesmo nome, John Tradescant (1608-1662), ambos jardineiros e botânicos do palácio real que haviam empreendido viagens distantes para colecionar objetos.

Ainda dentre as publicações científicas que podemos considerar de importância para o início da sistematização de acervos e da própria museologia, podemos citar a obra do francês Conde de Buffon (1707-1788) (publicada entre 1749 e 1804, a *Histoire Naturelle* tem 36 volumes e trata-se na verdade de um grande compêndio de classificação dos objetos de uma coleção) e a obra do sueco Carl von Linneaus (1707-1778) *Sistema da Natureza*, de 1735, criando a noção dos três reinos: animal, vegetal e mineral, além da classificação animal a partir das características reprodutivas.

Como podemos observar, os gabinetes de curiosidades e os primeiros museus que deles surgiram na Europa já se constituíam um grande avanço científico e uma invenção bem específica que respondia a uma realidade que se colocava cada vez mais presente: a existência de um novo mundo que precisava ser compreendido, conhecido e, porque não, conquistado. Esses primeiros museus surgiram de uma necessidade de compreensão do novo mundo através de uma ciência em formação, e cada descoberta era extremamente valiosa, inclusive economicamente.



Nesse contexto, devemos voltar nossa atenção para o caso específico de Portugal, cujo território, de costas para a Europa, vislumbrava, nas novas colônias, um futuro promissor e abundante em novos produtos e riquezas, muitos dos quais ainda nem conhecidos em suas potencialidades, mas já cobiçados por muitos aventureiros. Dentre estas colônias, encontrava-se o imenso território brasileiro que, não por acaso, já havia experimentado, em Pernambuco, durante a ocupação holandesa no século XVII, um conjunto de equipamentos científicos envolvendo um jardim botânico, um zoológico e um museu.

Uma vez reconquistado o território, não caberia a Portugal outra alternativa a não ser promover a pesquisa deste manancial de produtos inexplorados, e o modelo escolhido para isso foi o dos museus. Mas um desafio muito maior se colocava: a formação de profissionais capacitados para tal empreitada; havia de se formar e capacitar uma nova geração. Cabe ressaltar que a ideia de museu neste momento era bem distante da que temos hoje, ou seja, passava muito mais por objetivos econômicos e científicos do que propriamente de memória do passado. Segundo João Brigola,

A observação direta dos seres e dos objetos e o experimentalismo como metodologia educativa impõem a construção de equipamentos museológicos, tomando nova dimensão o próprio conceito de Museu. Alargam-se os públicos e abrem-se portas num dia fixo da semana; sofisticam-se os equipamentos (...) contratam-se especialistas estrangeiros e funcionários permanentes; organizam-se expedições científicas aos territórios continental e ultramarinos e envolve-se a nossa diplomacia na rede internacional de aquisições (BRIGOLA, 2003, p. 35).

Como podemos observar, em Portugal, o conceito de Museu, em sua essência de “poder da memória” se colocava no centro de uma grande ação estratégica de governo. Numa ação coordenada, os portugueses organizaram expedições às colônias, estabeleceram uma rede de pesquisa em âmbito internacional e investiram em equipamentos e na formação de uma nova geração de cientistas. A noção de museu continuava, desta forma, muito longe de um simples repositório do passado.

Por volta de 1760, foi criado em Lisboa um complexo cultural formado pelo Museu Real de História Natural e pelo Jardim Botânico da Ajuda, sob a direção do italiano Domenico Vandelli (1735-1816), um experiente colecionador então contratado pelo governo português dentro da lógica de buscar internacionalmente profissionais



capacitados para tão grande empreendimento. Por meio da análise de João Brigola, temos uma melhor compreensão do que representava esta nova instituição:

A dimensão mais divulgada das atividades científicas e museológicas exercidas na Ajuda tem sido a das viagens de exploração *philosophica* aos territórios ultramarinos. Este programa implicou o compromisso entre poderes públicos e meio científico – à Coroa coube o financiamento e coordenação das expedições, ficando o seu apetrechamento técnico e a transmissão da cultura profissional a cargo do Museu (BRIGOLA, 2003, p. 37).

No texto citado podemos observar um primeiro modelo de museu que não mais pertencia a um colecionador privado que organizava seu acervo de curiosidades para deleite e uso próprio, mas um museu criado pela própria instância governamental de Portugal, com clara finalidade científica e com forte apoio político e financeiro de caráter nacional.

Ficava nítida também uma divisão de tarefas que apontava, pela primeira vez no contexto museal português, para os princípios de uma noção de museologia. Se cabia ao governo português o financiamento e a coordenação das expedições ao novo mundo, as atividades do museu começavam a se estabelecer a partir de dois caminhos: um técnico, que daria subsídios às formas de coleta ou mesmo à definição do que seria coletado, o que envolvia decisões científicas; e outro basicamente museal, voltado para a transmissão do conhecimento, seja na forma de sistematização deste conhecimento (pesquisa científica, documentação), seja na forma de comunicação, educação e ensino, voltados não só para um público geral que aos poucos se constituía, como também para a formação profissional da nova geração de cientistas que se pretendia consolidar.

Se analisarmos o papel do museu neste contexto econômico e político do século XVIII em Portugal, podemos perceber que este modelo – inovador para a época no contexto europeu – atuava em dois sentidos fundamentais. Por um lado, na medida em que reunia espécimes de animais, plantas, minerais e artefatos das colônias portuguesas e criava uma exposição sistematizada, organizada e didática destes objetos aberta para a sociedade na capital do reino, definia assim o que era ser português e o que lhes pertencia enquanto nação. Em outras palavras, criava uma espécie de mostruário de pertencimento que não só estabelecia os limites da nação portuguesa, como também proporcionava à sociedade a ideia de unidade, de nacionalismo. Por outro lado, o estado português conseguia centralizar e estabelecer um forte controle sobre grande



parte da produção científica realizada em seu território, na medida em que oferecia os meios de financiamento e uma boa estrutura e logística que envolvia desde a coleta de espécimes até seu tratamento, documentação, pesquisa e exposição. Atraía para si toda a possibilidade de produção de conhecimento sobre a utilização dos recursos naturais disponíveis nas diversas colônias portuguesas ultramarinas permitindo ao governo um caminhar aliado ao progresso econômico.

Não podemos esquecer que, dentre esses domínios ultramarinos, estava o Brasil, ocupando significativa importância devido a sua enorme extensão territorial.

Para a realização deste enorme empreendimento político e econômico foi necessário o estabelecimento de uma complexa e centralizada estrutura de gestão que envolvia necessariamente alguns equipamentos gestores a serem instalados nas próprias colônias. E foi neste momento que o Brasil viu surgir o primeiro estabelecimento que o vinculava a esta complexa estrutura museal que se formava em Portugal.

Para tratar e organizar os espécimes coletados no Brasil que seguiriam em longas viagens até chegar ao Museu Real da Ajuda em Portugal, o governo português criou em 1780, no Rio de Janeiro, uma Casa de História Natural que tinha por função a preparação dos espécimes que seriam enviados a Portugal. Margaret Lopes (2009) define este local como uma espécie de “entrepasto” do governo português, e isso pode ser verificado na medida em que o seu principal funcionário, Francisco Xavier Cardoso Caldeira, contratado por um alto salário na época, mantinha em sigilo boa parte de sua técnica, centralizando assim o conhecimento de taxidermia e preparação de exsiccatas. Teria sido ele, mesmo sem saber, o primeiro museólogo no Brasil, deixando pouquíssimos discípulos.

Como pode ser observado, a então conhecida Casa dos Pássaros, como era popularmente identificada aquela curiosa edificação que tanta atenção dava a animais e plantas tão abundantemente presentes no dia-a-dia dos habitantes da colônia, não era exatamente um museu; mas sem que se percebesse, constituía-se como uma seção técnica do Museu Real da Ajuda. Isso só pode ser percebido em 1813, quando Dom João VI publicou a Decisão nº 20 de 22 de junho de 1813 na qual “manda que se hajam por extintos os diferentes empregos do Museu desta Corte” (BRASIL, 1813).

Esta decisão refletia um novo momento político na relação metrópole-colônia. A Corte Portuguesa, agora instalada forçadamente em solo brasileiro, não poderia mais controlar o complexo do Museu Real da Ajuda; era preciso, primeiro, cortar os fluxos de envio de espécimes para Portugal e, em seguida, estabelecer uma instituição que cumprisse as funções daquele Museu em solo brasileiro, igualmente sob o controle da





Coroa Portuguesa. Foi neste contexto que se constituiu em 1818, tendo o Brasil já o *status* de Reino Unido, o Museu Real estabelecido no Rio de Janeiro pelo Decreto de 6 de junho de 1818, com as características que podem ser observadas no seu texto:

Querendo propagar os conhecimentos e estudos das ciências naturais no Reino do Brasil, que encerra em si milhares de objetos dignos de observação e exame, e que podem ser empregados em benefício do comércio, da indústria e das artes, que muito desejo favorecer, como grandes mananciais de riqueza: Hei por bem que nesta Corte se estabeleça um Museu Real, para onde passem, quanto antes, os instrumentos, maquinas e gabinetes que já existem dispersos por outros lugares; ficando tudo a cargo das pessoas que Eu para o futuro nomear. e sendo-me presente que a morada de casas que no Campo de Santa Anna ocupa o seu proprietário, João Rodrigues Pereira de Almeida, reúne as proporções e cômodos convenientes ao dito estabelecimento, e que o mencionado proprietário voluntariamente se presta a vendê-la pela quantia de 32:000\$000, por me fazer serviço: sou servido aceitar a referida oferta, (...) Palácio do Rio de Janeiro em 6 de Junho de 1818 (BRASIL, 1818).

Novamente o que observamos foi a criação de uma instituição agregadora - na medida em que ordenava o recolhimento de todos os instrumentos de pesquisa a uma só instituição - e voltada para a pesquisa científica com objetivos claramente comerciais e associados à noção de progresso tecnológico.

Assim, surgiu o campo museal brasileiro com algumas características bem específicas: museus promovidos e subordinados às instâncias governamentais, sendo diretamente mantidos por essas e incorporados à lógica da gestão pública. Em 1818, haviam poucos gabinetes de curiosidades no Brasil, em parte pelo próprio fato de, aqui, o exótico estar em casa, mas também por muitos deles não se mostrarem assim, evitando o recolhimento ao Museu Real.

Semelhante ao que foi feito no Museu Real da Ajuda, o Museu Real brasileiro se organizou como um mostruário das riquezas naturais do país e como um centro científico, muitas vezes voltando suas pesquisas para a solução de questões agrícolas e econômicas, como se pode observar a partir da direção de Frederico Leopoldo César Burlamaqui (1847-1866), quando o Museu passou a oferecer sistematicamente os



serviços de análise de pragas que atingiam as lavouras não só de café, mas também de outras culturas, e propunha soluções aos agricultores.

Com relação às práticas museais, o Museu Nacional ao longo do século XIX serviu de modelo para a criação de outros museus, não só oferecendo um padrão de gestão e organização do conhecimento, como também formando coleções a partir de suas duplicatas e distribuindo para outras instituições, em especial para museus escolares. Dessa forma, aprendemos a fazer os nossos primeiros museus.

Um desses museus tem seu embrião em 1866, quando Domingos Soares Ferreira Pena criou, em Belém, na então Província do Grão Pará, a Associação Filomática que mais tarde deu origem ao Museu Paraense Emílio Goeldi que, por sua vez, só começou a funcionar como museu em 1871, após se tornar uma repartição pública subordinada à Diretoria de Educação da Província. Repetia-se não só o modelo de gestão governamental, como a própria estrutura científica, neste caso voltada especificamente para a biodiversidade amazônica.

Outra função política, econômica e estratégica desenvolvida pelo Museu Nacional ao longo da segunda metade do século XIX foi a organização da participação brasileira nas Exposições Universais internacionais, onde todo o conhecimento adquirido em montagens de exposições museais era aplicado com a finalidade de divulgação dos produtos brasileiros no exterior para futuros acordos de exportação. Novamente, as práticas museais eram usadas a serviço do futuro, ao mesmo tempo que novos modos de exposição eram aprendidos e incorporados à experiência do Museu Nacional.

Nesse mesmo contexto das Exposições Universais foi criado o Museu Paranaense, em 1876, em Curitiba. A participação da Província (recém emancipada da Província de São Paulo) na exposição universal daquele ano gerou um clima de patriotismo favorável à criação de um museu-mostruário das riquezas da região, seguindo bem de perto o modelo e a missão do Museu Nacional, só que em âmbito regional, como inclusive já havia sido feito pelo Museu Paraense Emílio Goeldi.

O Museu Paranaense, em pouco tempo, passou a cumprir uma importante função econômica não só como um mostruário das riquezas da região, mas também como um grande incentivador da produção agrícola e industrial da Província do Paraná. Era no museu que se distribuíam grãos aos agricultores para novas experiências relacionadas à melhoria das lavouras; era no museu que os produtores se reuniam para trocar experiências. Nesse contexto, o museu passou a ocupar uma importante posição econômica, política e social, e a abrigar desde seções eleitorais até bailes de carnaval e comemorações natalinas.



Em pouco tempo, a identificação da sociedade com o museu fez com que muitos habitantes vissem naquela instituição a oportunidade de perpetuarem suas memórias, e começaram a doar objetos de seus antepassados na perspectiva de que o museu, tão presente no dia-a-dia daquelas pessoas, construísse uma narrativa de memória coletiva.

Foi neste momento que o contexto museal brasileiro se libertou do modelo europeu-português e deu início a uma museologia genuinamente nacional, uma museologia onde o protagonismo não era mais do governo (ainda que o museu fosse gerido pelo governo provincial) mas da população que escolhia e construía a memória a ser representada. Ainda voltado para o futuro, o Museu Paranaense se abria para a construção de uma identidade social em que a população, entendendo as características de suas origens, poderia construir a imagem do que gostaria de ser.

Entre 1876 e 1901, Agostinho Ermelino de Leão, então diretor do Museu Paranaense, deixou o museu se constituir com as doações e vontades da população. Nenhuma doação foi recusada; todas foram recebidas e agradecidas publicamente nos jornais da época. Aos poucos a ciência foi dando espaço à essência humana e transformando o museu científico num museu predominantemente histórico.

Com o advento republicano e a ação sistemática de apagamento dos símbolos e instituições monárquicas, coube a Ladislau Netto, então diretor do Museu Nacional, a difícil missão de conduzir o museu aos novos tempos políticos. Numa sutil e estratégica ação, conseguiu transferir o acervo do Museu Nacional para o então antigo Palácio da Quinta da Boa Vista, onde havia residido a família imperial, conseguindo, num único ato, salvar a edificação histórica da destruição sistemática das representações monárquicas e garantir um espaço mais digno e muito maior para o acervo do museu que crescia constantemente.

Longe do Rio de Janeiro, às margens do rio Ipiranga na então Província de São Paulo, na década de 1880, foi encomendado ao arquiteto italiano Tommaso Bezzi o projeto de um monumento-palácio em comemoração à proclamação da independência, ocorrida naquelas paragens. O monumento ficou pronto em 1890 e manteve-se sem uso até 1895. O lugar era afastado do centro da cidade, com acesso difícil e seu uso como repartição pública ou centro educacional já havia sido descartado devido à localização.

Foi neste cenário que o naturalista alemão Hermann von Ihering, após desentendimentos no Museu Nacional, onde trabalhou durante a década de 1880, se mudou para São Paulo e assumiu a missão de transformar o Palácio Bezzi num museu de história natural a partir dos acervos da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo que, na época, já estavam bem degradados; do acervo que



havia pertencido ao Major Joaquim Sertório, cuja importância era bem duvidosa; e de uma pequena coleção do já desativado Museu Provincial. Um edifício inadequado (ainda que majestoso) e um acervo de valor questionável era tudo que Ihering tinha para criar um grande museu. Além disso, era seu desafio pessoal fazer um museu melhor e mais moderno que o Museu Nacional.

Em 1895, foi finalmente inaugurado o Museu Paulista, inspirado nos mais avançados tratados de museologia ingleses e norte-americanos, como os estudos de William Flower (1898) e George Goode (1895) que defendiam uma clareza maior nas técnicas expositivas através do uso de poucos objetos e textos mais explicativos. A escolha dessas bases teóricas por parte de Hermann von Ihering atendiam às suas necessidades de montar um museu com o pouco acervo aproveitável que dispunha, ao mesmo tempo que lhe permitia se contrapor ao modelo do Museu Nacional, associado ao passado imperial. O Museu Paulista deveria ser novo, moderno e certamente melhor que o Museu Nacional.

As práticas museais brasileiras conheceram então novos modelos de gestão de coleções, nem sempre tão bem-sucedidas, mas que abriam um leque de possibilidades para a construção do pensamento museológico brasileiro.

A proximidade das comemorações dos cem anos da independência do Brasil, que ocorreu em 1922, movimentou novamente o cenário museal brasileiro. Em 1917, assumiu a direção do Museu Paulista o historiador Affonso d'Escragno Taunay com a missão de preparar o museu para as comemorações do centenário. As coleções se transformaram e o museu de história natural deu lugar ao museu histórico que hoje conhecemos.

O mesmo fenômeno ocorreu no Rio de Janeiro, então capital do país, com a criação do Museu Histórico Nacional, em 1922, por Gustavo Barroso, numa busca de construção da identidade nacional a partir da formação do território brasileiro após os conflitos de fronteiras do século XIX.

Cabe ressaltar que, mesmo esses museus históricos que surgiram na década de 1890 e nas primeiras décadas do século XX seguiram os traços de formação do Museu Nacional, seja na organização das coleções e exposições, seja no caráter de museu público, criado, mantido ou desativado por instituições de governo nas instâncias municipais, estaduais ou federal.

Em 1932, foi criado, no Museu Histórico Nacional, o primeiro curso de museus, de início voltado para atender à necessidade de mão-de-obra do próprio museu. A profissionalização do campo de conhecimento, ao mesmo tempo que definiu e



caracterizou a área de atuação do profissional museólogo, deixou clara a necessidade interdisciplinar da profissão.

A multiplicidade de acervos existentes nos museus exige o trabalho de especialistas das mais diversas áreas do conhecimento, mas só a formação do museólogo proporciona os fundamentos teóricos e práticos para a transformação deste conhecimento em herança, patrimônio e identidade cultural de um povo, unido à noção de onde viemos, o que somos e para onde vamos por meio dos objetos preservados (ou não) pelas atuais gerações.

O incêndio do Museu Nacional não destruiu apenas um dos acervos científicos mais importantes do mundo; perdemos com ele os objetos que nos faziam rememorar no campo museal, de onde viemos, porque e como fazemos museus hoje. Quantas perguntas a museologia atual ainda precisava fazer aos acervos bicentenários do Museu Nacional? Enfim, quando não preservamos o passado, perdemos nossa possibilidade de futuro.

## Referências

BARBUY, Heloisa. Dos gabinetes de curiosidades aos museus do século XIX: contexto de florescimento dos museus modernos no Ocidente. In: ALMEIDA, Marta de; VERGARA, Moema de Rezende (org.). *Ciência, história e historiografia*. São Paulo: Via Lettera, 2008.

BRASIL. Decisão nº 20 de 22 de Junho de 1813. Manda que se hajam por extintos os diferentes empregos do Museu desta Corte. *Coleção das Leis do Brasil de 1813*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890. p. 26.

BRASIL. Decreto de 6 de Junho de 1818. Cria um Museu nesta Corte, e manda que ele seja estabelecido em um prédio do Campo de Sant'Anna que manda comprar e incorporar aos próprios da Corte. *Coleção das Leis do Brasil de 1818*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890. p. 60.

BRIGOLA, João Carlos Pires. *Colecções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.



FLOWER, William Henry. *Essays on Museums and other subjects connected with Natural History*. Londres: Macmillan and Co. 1898.

GOODE, George Brown. The Principles of Museum Administration. In: MUSEUMS ASSOCIATION. *Report of Proceedings with the papers read at the Sixth Annual General Meeting*. Londres: Dulau and Co., 1895. p. 69-148.

LOPES, Maria Margareth. *O Brasil descobre a pesquisa científica. Os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; Brasília: Editora da UnB, 2009.